

O GOLPE DE 1964, A GUERRA FRIA, E A RECOMPOSIÇÃO DAS RELAÇÕES BRASILEIRO-MEXICANAS: ESTUDO COM FONTES PRIMÁRIAS

THE MILITAR COUP IN 1964, THE COLD WAR, AND THE MAKING OF BRAZILIAN-MEXICAN RELATIONS: A STUDY
EL GOLPE DE 1964, LA GUERRA FRIA, Y LA RECOMPOSICIÓN DE LAS RELACIONES BRASILEÑO-MEXICANAS: ESTUDIO CON FUENTES PRIMÁRIAS

Carlos Federico Domínguez Avila¹

Resumo: O artigo avalia algumas implicações e desdobramentos do golpe brasileiro, em 1964, sob a perspectiva da história das relações internacionais. Especificamente, a pesquisa explora a crise e a recomposição das relações bilaterais entre o Brasil e o México, em virtude da reserva do governo de Adolfo López Mateos em reconhecer imediatamente às novas autoridades brasileiras, comandadas pelo general Humberto Castelo Branco. Nessa linha, o artigo reconhece a relevância da competição Leste-Oeste, a denominada doutrina Estrada, a questão do tipo de regime político na inserção internacional dos países latino-americanos, e outros tópicos convergentes da agenda intra-regional vigente à época dos fatos. O presente artigo é resultado de pesquisa com fontes primárias consultadas no Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.

Palavras-chave: Brasil; México; regime político; relações internacionais; Guerra Fria.

Abstract: The paper evaluates some implications and consequences of the Brazilian coup in 1964, from the perspective of the history of international relations. Specifically, the research explores the crisis and recomposition of the bilateral relations between Brazil and Mexico, besides the reserves of the Government of Adolfo López Mateos to recognize the new Brazilian authorities, commanded by general Humberto Castelo Branco. In that sense, the paper recognizes the relevance of the East-West competition, the so called Estrada doctrine, the question of the type of political regime in the international insertion of Latin American countries, and other converged topics of intra-regional agenda at the time of the events. The paper is a result of research with primary sources rescued in the Archive of the Ministry of Foreign Affairs (Brasília).

Keywords: Brazil; Mexico; political regime; international relations; Cold War.

¹ Centro Universitário Unieuro, Brasília, DF, Brasil, E-mail: cdominguez_unieuro@yahoo.com.br

Resumen: El presente artículo evalúa algunas implicaciones y desdoblamientos del golpe brasileño, en 1964, desde la perspectiva de la historia de las relaciones internacionales. Específicamente, la investigación explora la crisis y la recomposición de las relaciones bilaterales entre Brasil y México, en función de la reserva del gobierno de Adolfo López Mateos en reconocer a las nuevas autoridades brasileñas, comandadas por el general Humberto Castelo Branco. En ese sentido, el artículo reconoce la relevancia de la competencia Leste-Oeste, la denominada doctrina Estrada, la cuestión del tipo de régimen político en la inserción internacional de los países latinoamericanos, y otros tópicos convergentes de la agenda intrarregional vigente en la época de los acontecimientos. El artículo es resultado de investigación con fuentes primarias rescatadas en el Archivo del Ministerio de Relaciones Exteriores (Brasilia).

Palabras-clave: Brasil; México; régimen político; relaciones internacionales; Guerra Fria.

Introdução

O propósito do presente artigo é explorar a crise e a recomposição das relações brasileiro-mexicanas, logo após o golpe de 1964. O texto é resultado de pesquisa com fontes primárias consultadas no Arquivo do Ministério das Relações Exteriores - doravante AMRE -, sediado em Brasília. Vale acrescentar que a documentação consultada atende aos critérios de crítica interna e externa. No que diz respeito à crítica interna é evidente que os documentos são originais, legítimos e verdadeiros. E na crítica externa se verifica que os documentos foram redigidos por diplomatas, com intuito de fornecer subsídios no processo de tomada de decisões. Naturalmente, muitos desses diplomatas brasileiros atendiam às orientações burocráticas e, em geral, eles demonstram uma certa convergência, simpatia ou afinidade eletiva para com as autoridades do governo autoritário instalado no Brasil, em abril de 1964 (CORRÊA, 1995).

O artigo também utiliza fontes hemerográficas e literatura acadêmica especializada publicada no Brasil, no México e em outros países. Nessa linha, parece pertinente acrescentar que se trata de um estudo construído sob a dupla perspectiva das Relações Internacionais da América Latina, de um lado, e da História da Guerra Fria, de outro (CERVO, 2001).

O golpe de 1964 e a política internacional: olhares sob a perspectiva da doutrina Estrada

A exatamente cinquenta anos atrás uma parte significativa das forças armadas - e da elite social, política e econômica - brasileiras derrubaram o governo do presidente João Goulart, e colocaram a democracia representativa no ostracismo durante duas décadas (MONIZ BANDEIRA, 2001). Um

regime autoritário - ou mais precisamente burocrático-autoritário - assumiu o poder, e passou a implantar políticas públicas de orientação conservadora (SKIDMORE, 1988).

A brusca mudança de regime político provocou reações encontradas no cenário continental e global. Muitos vizinhos se encontraram diante do dilema de dar continuidade - ou não - às relações diplomáticas com o novo regime imperante em Brasília. A esse respeito, parece pertinente lembrar que os países da região têm, em geral, um histórico bastante marcado de turbulência político-institucional no sentido Democracia-Autoritarismo, e um novo golpe, mesmo no Brasil, o maior e mais poderoso país do continente latino-americano, era uma situação plausível na época dos fatos (MONIZ BANDEIRA, 1993).

Ao mesmo tempo, vale acrescentar que, no contexto da competição Leste-Oeste, o golpe brasileiro foi bem recebido - e aparentemente até patrocinado - em Washington. O reconhecimento da administração Lindon Johnson ao governo de Castelo Branco foi quase automático. E outros países ocidentais e latino-americanos que tinham governos inspirados na denominada doutrina da segurança nacional, também reagiram com simpatia, apóio, e condescendência (ALMEIDA, 2008).

As novas autoridades brasileiras, comandadas pelo general Humberto Castelo Branco - e chancelaria pelo embaixador Vasco Leitão da Cunha -, determinaram a manutenção das relações bilaterais com a União Soviética. Contudo, as mesmas autoridades consideraram apropriado o rompimento das relações diplomáticas com Cuba, em maio de 1964, situação que vigorou até o retorno do regime democrático (VIZENTINI, 1998; CERVO e BUENO, 2010).

Paralelamente, os governos latino-americanos de orientação democrática se encontraram diante do dilema de redefinir suas relações com o maior país sul-americano. Eis, por exemplo, a relevância da denominada doutrina Estrada, de considerável importância para os fins do presente artigo. Com efeito, em setembro de 1930, o chanceler mexicano Genaro Estrada manifestou publicamente sua oposição às políticas de reconhecimento de governos estrangeiros, já que essa prática foi utilizada como pressão para extrair benefícios indecorosos, especialmente das potências menores (ROSENZWEIG DÍAZ, 1982). Nessa linha, Estrada afirmou que deveria ser uma diretriz da política externa do seu país o que segue:

1.- Es un hecho muy conocido el de que México ha sufrido, como pocos países hace algunos años, las consecuencias de esa doctrina, que deja al arbitrio de gobiernos extranjeros al pronunciarse sobre la legitimidad o ilegitimidad de otro régimen, produciéndose con este motivo situaciones en que la capacidad legal o el ascenso nacional de gobiernos o autoridades, parece supeditarse a la opinión de los extraños. La doctrina de los llamados “reconocimientos”

ha sido aplicada, a partir de la Gran Guerra, particularmente a naciones de este Continente.

2.- Después de un estudio muy atento sobre la materia, el Gobierno de México ha transmitido instrucciones a sus Ministros o Encargados de negocios en los países afectados por las recientes crisis políticas, haciéndoles conocer que México no se pronuncia en el sentido de otorgar reconocimientos, porque considera que ésta es una práctica denigrante que, sobre herir la soberanía de otras naciones, coloca a éstas en el caso de que sus asuntos interiores puedan ser calificados, en cualquier sentido, por otros gobiernos, quienes de hecho asumen una actitud de crítica al decidir, favorable o desfavorablemente, sobre la capacidad legal de regímenes extranjeros.

3.- En consecuencia, el Gobierno de México se limita a mantener o retirar, cuando lo crea procedente, a sus agentes diplomáticos y a continuar aceptando, cuando también lo considere procedente, a los similares agentes diplomáticos que las naciones respectivas tengan acreditados en México, sin calificar, ni precipitadamente, ni a posteriori, el derecho que tengan las naciones extranjeras para aceptar, mantener o sustituir a sus gobiernos o autoridades [...]²

A denominada doutrina Estrada é uma das principais contribuições mexicanas e latino-americanas ao direito internacional público. Ainda que uma apreciação geral dessa diretriz de política externa excederia o espaço deste artigo acadêmico, cumpre mencionar que ela, de um lado, rejeitava a prática do reconhecimento, e confirmava os princípios de auto-determinação dos povos e de não-intervenção nos assuntos internos de outros Estados; e de outro lado reivindicava o direito de legação - ou de representação diplomática -, além de defender os interesses nacionais do México no continente e no mundo (ROSENZWEIG DÍAZ, 1982).³

Gradualmente, as ponderações fundamentais da doutrina Estrada foram reconhecidas em outras chancelarias latino-americanas. Todavia, procurava-se, sempre que possível, uma multilateralização daquela diretriz; o assunto era importante para evitar que os outros pudessem considerar a eventual aplicação da doutrina Estrada como um simples ato inamistoso, ilícito ou hostil. E se admitia que a doutrina Estrada não era, necessariamente, favorável a um determinado tipo de regime político (democrático ou autoritário). Com efeito, a referida doutrina acabava reconhecendo um atributo

² Estrato da denominada Doutrina Estrada, disponível em: <http://www.sre.gob.mx/index.php/siglo-xx>, consultada em: 14.5.2014. Conferir também Schiavon, Spenser e Vázquez (2006).

³ Cumpre destacar que, na época do golpe brasileiro, Rosenzweig Díaz era um dos diplomatas lotados na Embaixada mexicana no Rio de Janeiro. E após o retorno do Embaixador Alfonso García Robles ao seu país, Rosenzweig Díaz assumiu a difícil tarefa de representar os interesses do México diante das novas autoridades brasileiras. A questão dos asilados diplomáticos brasileiros na legação mexicana foi uma das principais tarefas do referido diplomata. Em 1982, Rosenzweig Díaz publicou o artigo citado, em qualidade de Subsecretário de Relações Exteriores.

de soberania, de neutralidade ativa, e era de grande utilidade em cenários de certa turbulência política. Isto é, conjunturas que, em certos casos, também geravam tensões mais ou menos graves, com posterior recomposição e normalização das relações em nível de Embaixadas (BOERSNER, 2007).

Paralelamente, é importante mencionar que, entre abril e novembro de 1964, mais de oitenta cidadãos brasileiros procuraram asilo diplomático na Embaixada mexicana no Rio de Janeiro - lembre-se que a concessão de asilo diplomático é instrumento tipicamente latino-americano e reconhecido nas relações intra-regionais desde a década de 1930. E a concessão dos correspondentes salvo-condutos para esses cidadãos acabou sendo tópico fundamental na recomposição das relações bilaterais brasileiro-mexicanas.

Denúncias de espionagem à sede da representação diplomática mexicana e as eventuais implicações das tensões no campo das relações econômico-comerciais complementavam um cenário que tornou-se crítico a partir da retirada dos Embaixadores lotados nos países em questão. Sendo que o retorno do Embaixador mexicano Alfonso García Robles tinha sido prevista desde antes do golpe no Brasil, porém a não-nomeação até junho de um Encarregado de Negócios sinalizou claramente a desconformidade das autoridades mexicanas diante da queda de Goulart. E em reciprocidade, em 16 de maio de 1964, o governo brasileiro chamou para consultas o Embaixador Manoel Pio Corrêa Junior, sem nomear, igualmente, um Encarregado de Negócios.⁴ Uma situação de impasse estava delineando-se diante da recusa mexicana em aceitar a suspensão dos mandatos populares, a repressão, a queda de Goulart, e a implantação de um regime de força (PALACIOS, 2008).

Na documentação diplomática consultada se comenta o seguinte: “o Governo mexicano a princípio não reagiu ante os acontecimentos no Brasil, guardando atitude correta de expectativa, muito embora, desde o primeiro dia, a imprensa de esquerda houve-se atacado duramente a Revolução brasileira.” Em 5 e 6 de abril, o Embaixador brasileiro se entrevistou com o chanceler mexicano, José Gorostiza, para verificar a situação das relações bilaterais. Aparentemente, além das pressões da ala cardenista do Partido Revolucionário Institucional e de intelectuais de esquerda, o próprio presidente Adolfo López Mateos, “não concorda[va] em normalizar imediatamente a situação [das relações bilaterais].”⁵

Mesmo que, em 8 de abril, as novas autoridades brasileiras encami-

⁴ Cumpre mencionar que, posteriormente, o Embaixador Manoel Pio Corrêa Junior foi nomeado representante em Montevidéu e, a partir de 1966, foi o criador do denominado Centro de Informações do Exterior - CIEx, entidade que monitorava as atividades dos opositores ao regime burocrático-autoritário brasileiro em outros países, particularmente na América Latina e Europa (PENNA, 2009; CORRÊA, 1995).

⁵ “Memorandum sobre o estado das relações entre o Brasil e o México”, Caixa 920 (42) (23), Secreto, Rio de Janeiro, sem data [circa 20.5.1964], Arquivo do Ministério das Relações Exteriores - doravante AMRE.

nharam às representações diplomáticas acreditadas no Rio de Janeiro comunicação reivindicando a manutenção das relações diplomáticas, parecia claro que o governo mexicano pretendia aguardar a nomeação dos sucessores de Goulart para se pronunciar definitivamente sobre a recomposição das relações bilaterais, especialmente se essas novas autoridades fossem civis com um mínimo de legitimidade e representatividade. Evidentemente essa expectativa não se confirmou, após a nomeação do general Humberto Castelo Branco, um dos principais articuladores do golpe e comandante do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas, como novo governante brasileiro, e a assunção do Embaixador Vasco Leitão da Cunha como chanceler.⁶

Nesse conturbado contexto, durante o mês de abril de 1964 funcionou um curioso mecanismo de comunicação direta entre as partes, especialmente entre a chancelaria mexicana e a Embaixada brasileira. Sendo que os contatos entre a Embaixada mexicana e a chancelaria brasileira foram reduzidos ao mínimo, e destinados fundamentalmente à questão da concessão dos salvo-condutos para os cidadãos brasileiros asilados na representação diplomática (PALACIOS, 2005).

Em maio de 1964, as relações brasileiro-mexicanas entraram em uma fase crítica, após a retirada dos Embaixadores e da não-nomeação de Encarregados de Negócios. Isto é, suscitou-se um virtual cese de contatos político-diplomáticos e, conseqüentemente, uma suspensão das relações entre as partes (PALACIOS, 2008). O retorno ao seu país do Embaixador García Robles tinha sido prevista desde antes do golpe, com intuito de assumir um cargo mais elevado no Palácio de Tlatelolco - isto é, na sede da chancelaria mexicana. Entretanto, a não-nomeação de um Encarregado de Negócios foi considerada como um evidente sinal de desconforto diante da queda de Goulart e da desestruturação da democracia brasileira. As tensões aumentaram quando García Robles afirmou, publicamente, as seguintes ponderações:

- 1- o derrocamento do Governo João Goulart haveria resultado de uma simples quartelada, em menosprezo da vontade da Nação;
- 2- o novo Governo era uma ditadura militar, com um Congresso “títere” nas mãos das Forças Armadas;
- 3- as verdadeiras forças democráticas haviam sido estranguladas, os chefes democratas achando-se presos ou em fuga;
- 4- o movimento de 31 de março fora instigado pelos Estados Unidos da América;
- 5- dar reconhecimento imediato ao novo Governo do Brasil significaria

⁶ “Castelo eleito Presidente toma posse quarta-feira”, *Jornal do Brasil*, 13.4.1964, p. 1. Conferir: Skidmore (1988) e Vizentini (1998).

para o México perder o seu prestígio junto aos países “não-alinhados” e subdesenvolvidos, a cuja liderança aspira.⁷

As declarações de García Robles certamente impactaram e azedaram ainda mais as relações bilaterais. Em conseqüência, poucos dias depois, o Embaixador brasileiro no México acabou sendo chamado para consultas pelo chanceler Vasco Leitão da Cunha; e retornando para o Rio de Janeiro. Segundo declarações de Correa, no ato de embarque para retornar, o governo brasileiro estava “apenas cri[ando] a Doutrina Estrada Bilateral, que é muito melhor que a Estrada Unilateral”; e também anunciou que “depende do México que as relações entre ambos os países sejam boas ou más. Quando o México designar um Encarregado de Negócios no Brasil, o Brasil designará um Encarregado de Negócios. Quando designar um Embaixador o Brasil fará o mesmo.”⁸ Observe-se que, ainda que não fosse apresentado como um explícito rompimento diplomático - semelhante ao verificado nas relações brasileiro-cubanas ou brasileiro-venezuelanas -, era bastante evidente que se tratava de uma situação muito tensa.

A crise bilateral na imprensa brasileira

Na imprensa brasileira da época é possível verificar algumas informações sobre o tema em questão. Assim, em 20 de maio de 1964, na véspera do retorno do Embaixador brasileiro no México, o jornal Última Hora publicou artigo de reflexão sobre o assunto nos seguintes termos:

Apesar de fontes autorizadas do Itamarati terem desmentido, ontem, que esteja em cogitação a suspensão de relações diplomáticas com o México, pelo fato de este país não ter, até agora, reconhecido o novo governo brasileiro, é certo, pelo que se filtra do noticiário internacional e das informações colhidas no Ministério das Relações Exteriores, que as relações entre os dois países sofrem, no momento, um processo de esfriamento semelhante àquele que caracterizou as relações Brasil-França por ocasião da “guerra da lagosta”.

No Itamarati, as informações fornecidas à imprensa, dão conta de que o chamado de nosso embaixador no México, Manoel Pio Corrêa Júnior, para prestar esclarecimentos sobre a posição até agora adotada pelo governo mexicano, constitui um fato de rotina, sem maiores implicações. [...] De qualquer modo, é fora de dúvida que ele fez qualquer pronunciamento com o sentido de revelar o descontentamento do governo brasileiro, diante da

⁷ “Memorandum sobre o estado das relações entre o Brasil e o México”, Caixa 920 (42) (23), Secreto, Rio de Janeiro, sem data [circa 20.5.1964], AMRE.

⁸ “Embaixador embarca sem sentir frio”, Jornal do Brasil, 21.5.1964, p. 3.

atitude de retraimento do México, fugindo a uma definição a respeito de nossa atual realidade política.⁹

Parece evidente que o artigo supracitado tinha fontes fundamentalmente diplomáticas e, salvo melhor interpretação, refletiam indiretamente a tensão bilateral. O *Jornal do Brasil* noticiou, em 21 de maio de 1964, as declarações do Embaixador Manoel Pio Correa na sua chegada ao Rio de Janeiro. Na oportunidade, o diplomata reconheceu a existência de tensões bilaterais; e que mesmo sem uma “ruptura de relações”, os contatos estavam, sim, suspensos - “são os contatos diplomáticos e não as relações Brasil-México que estão suspensas”, explicou.¹⁰

Outros jornais brasileiros - como o *Jornal da Manhã*, o *Globo*, e a *Tribuna da Imprensa* -, e mexicanos - como o *Excelsior*, e *Novedades* - também publicaram artigos sobre a origem e a evolução da crise. Em geral, essas publicações acompanhavam as posições dos governos dos respectivos países - particularmente no caso dos jornais brasileiros, sujeitos a crescente censura governamental. Nesse sentido, essas fontes geralmente refletiam o sentir e pensar das respectivas chancelarias.

Crise e recomposição das relações brasileiro-mexicanas

A situação de ostensivo esfriamento das relações diplomáticas entre o Brasil e o México, duas das principais potências regionais na América Latina, continuou durante vários meses, e somente veio a ser recuperada com o retorno dos Embaixadores aos seus respectivos postos em ambas as capitais, no final de 1964 (PALACIOS, 2008)

A recomposição dos vínculos político-diplomáticos e a normalização das tensões bilaterais foi lograda após numerosos contatos diretos e indiretos entre autoridades de ambos os países, da evolução sociopolítica interna - especialmente no Brasil, com o efetivo controle dos militares no território - e, em menor medida, do oferecimento de bons ofícios de terceiros países - especialmente do Equador e da Argentina.

Com efeito, as partes lograram evitar o rompimento total através da manutenção de contatos de baixo perfil e, em alguns casos, indiretos. A questão da concessão dos salvo-condutos para os cidadãos brasileiros asilados na sede da Embaixada mexicana ajudou muito a resolver as evidentes divergências. Ao todo, mais de 80 cidadãos brasileiros, que expressaram bem-fundado temor de perseguição político-ideológica, lograram o reco-

⁹ “Brasil-México: Pio Corrêa Chega Para Esclarecimentos”, *Última Hora*, Seção Mala Diplomática, 20.5.1964, p. 8.

¹⁰ “Rompimento com o México é de contato”, *Jornal de Brasil*, 21.5.1964, p. 1. Conferir: “Brasil Adota Política ‘Olho por Olho’ com o México”, *Última Hora*, Seção Mala Diplomática, 21.5.1964, p. 6.

nhecimento do direito de asilo e posteriormente o salvo-conduto, dirigindo-se para o México ou outros países. E em abril de 1965, um ano após o golpe, a questão do asilados diplomáticos tinha sido superada (PALACIOS, 2008).

Um segundo elemento significativo foram os contatos, mais ou menos formais, entre diplomatas e outros representantes dos governos envolvidos na questão. A esse respeito, um caso particularmente interessante foi o encontro entre diplomata brasileiro Octávio Luiz Berenguer César, e o Ministro da Agricultura do México, Julián Rodríguez Adame, na residência particular deste último, poucos dias após a chamada para consultas do Embaixador brasileiro. Segundo o relato de Berenguer César, em conversa confidencial, o ministro mexicano teria expressado que "fora surpreendido pelo rápido desenrolar dos acontecimentos que culminaram com a partida do Embaixador Pio Corrêa para o Brasil"; igualmente que "ficara bastante preocupado com a situação, especialmente pelas possíveis repercussões na política de estreita colaboração que vem sendo mantida entre ambos os Governos"; e que essa preocupação era compartilhada por outros altos funcionários do governo mexicano. Nessa linha, o ministro Rodríguez teria afirmado:

que estava pronto para tratar do assunto diretamente com o Senhor López Mateos, caso necessário. Salientou que não acredita existir uma posição pessoal do Presidente sobre o caso, o qual, a seu ver e ao do Senhor [ex-chanceler Manuel] Tello, foi mal encaminhado pela Secretaria de Relações Exteriores local. Nesse sentido, atribui boa parte da responsabilidade ao Embaixador Adolfo García Robles [...]

Afirmou, ainda, o Ministro da Agricultura que há mantido contato com o atual Ministro das Relações Exteriores, Embaixador José Gorostiza, que lhe afirmara, antes da partida do Embaixador Pio Corrêa, que o problema estaria em vias de ser resolvido uma vez que os primeiros salvo-condutos para asilados na Embaixada mexicana no Rio de Janeiro estariam para ser concedidos [...]

Deu-me também a entender que, no momento, a atitude da Chancelaria mexicana parece ser no sentido de procurar um pretexto que, após os recentes acontecimentos, justifique a normalização das relações sem dar a idéia de estar cedendo a uma pressão do Brasil; esse pretexto, então, poderia ser a concessão de alguns salvo-condutos, à qual seguiria a normalização das relações.

Finalmente, o Senhor Rodríguez Adame declarou que prosseguiria em seus esforços para influir para uma solução da situação antes que esta deteriore e reiterou sua disposição de tratar diretamente com o Presidente da República para uma diretriz favorável à normalização das relações entre o Brasil e o México.¹¹

¹¹ O. L. de Berenguer Cesar ao Ministério das Relações Exteriores, Telegrama 314 Secreto-urgente, México, 22.5.1964, AMRE.

O sistema político vigente no México na época dos fatos caracterizava-se pelo equilíbrio dinâmico entre as diferentes facções do Partido Revolucionário Institucional - isto é, entre grupos cardenistas, pragmáticos e conservadores (CAMÍN e MEYER, 2000). E nesse contexto a política exterior muitas vezes era apresentada como uma conquista de soberania, independência e autonomia. A manutenção das relações mexicano-cubanas, em uma época de forte pressão norte-americana e de competição Leste-Oeste, foi considerada como um importante exemplo nessa qualidade. Aparentemente esse tipo de elucubrações também estavam presentes no processo de tomada de decisões sobre as relações entre ambos os países, temperado, ainda, com as ponderações emanadas da doutrina Estrada.

Ao mesmo tempo, em 1964, o México estava em campanha eleitoral e com eleições presidenciais nas que, certamente, o candidato priísta Gustavo Díaz Ordaz, da facção mais conservadora ou direitista daquele instituto político, acabaria triunfando. O governo eleito inclinou-se para a direita. É bastante provável que essa mudança interna também acabasse incidindo na recomposição das relações bilaterais brasileiro-mexicanas, inclusive sob o argumento das convergências político-ideológicas. E em mensagem encaminhada pelo Itamaraty à Embaixada brasileira no México encontramos a seguinte avaliação:

Para uso exclusivo de Vossa Senhoria, informo-o de que o Encarregado de Negócios do México [Alfonso de Rosenzweig Díaz], em conversa informal com o Chefe do Departamento de Assuntos Jurídicos, deixou a convicção de que sua encarregatura deverá se prolongar até dezembro ou janeiro próximos. Alegou que as próximas eleições presidenciais em julho deste ano e a tomada de posse do novo Chefe da Nação eram razões que desaconselhavam o Presidente López Mateos a designar novo Embaixador, o que poderia, ademais, ser interpretado como um gesto de descortesia para com seu sucessor. Entretanto, no decorrer da palestra, ficou a impressão de que as razões alegadas seriam apenas meros pretextos utilizados com fim de não se ver o Governo mexicano obrigado a efetuar uma mudança brusca de sua posição anterior, vendo-se assim compelido a passar do esfriamento de relações à sua plenitude, com a troca de Embaixadores.¹²

Finalmente, parece pertinente acrescentar que o evidente esfriamento das relações brasileiro-mexicanas teria causado certa preocupação nos círculos diplomáticos de terceiros países com vínculos e interesses no assunto em questão, particularmente sob a perspectiva das relações intra-regionais. Nessa linha, a Embaixada brasileira no México foi informada pelo Palácio do Itamaraty sobre a visita de diplomata equatoriano, instruído pelo seu

¹² Ministério das Relações Exteriores à Embaixada brasileira no México, Telegrama 98 Secreto, Rio de Janeiro, 3.6.1964, AMRE.

governo, para acompanhar os desdobramentos da crise bilateral. O diplomata equatoriano teria expressado claramente a “grande preocupação de seu Governo quanto às relações entre o Brasil e o México, que, no seu sentir e de outros Embaixadores latino-americanos aqui acreditados, estariam a ponto de chegar a um impasse ante a relutância do México em reconhecer o novo Governo brasileiro.”¹³ A possível aplicação da doutrina Estrada por parte das autoridades mexicanas era um aspecto particularmente problemático na interpretação da crise.

Ponderações bastante semelhantes foram encaminhadas pela Embaixada brasileira no México ao Itamaraty sobre gestões realizadas por diplomatas argentinos acreditados perante o governo de López Mateos. Contudo, o governo mexicano rejeitou categoricamente uma mediação ou arbitragem da questão bilateral, por considerar que o assunto era tema de soberania. Afinal, esse segundo documento previa um positivo desdobramento da crise nos seguintes termos: “A impressão do Encarregado de Negócios da Argentina é de que as relações entre Brasil e México poderão normalizar-se dentro em muito breve.”¹⁴

Com efeito, em junho, o senhor Alfonso Rosenzweig Díaz foi elevado à categoria de Encarregado de Negócios. Nas semanas seguintes, a manutenção da representação diplomática passou a ser assumido como um reconhecimento tácito das novas autoridades brasileiras. Nesse entendimento, o regime de Castelo Branco nomeou o senhor Frank Moscoso como Embaixador no México, em novembro de 1964 (PALACIOS, 2008).

Considerações finais

Ainda que não houve um rompimento explícito e definitivo das relações diplomáticas logo após o golpe brasileiro, o relacionamento entre as duas principais potências regionais ficaram muito deterioradas. Mesmo após a nomeação de Encarregados de Negócios e do retorno dos Embaixadores, as relações bilaterais perderam a intensidade e o impulso proposto nos conhecidos encontros Kubitschev-López, de 1960, e López-Goulart, de 1962. E somente em 1974 teve uma nova visita presidencial entre as partes, quando o governante Luis Echeverría Álvarez devolveu a cortesia e visitou o Brasil. No interlúdio, tanto o governo de Díaz Ordaz quanto seus contrapartes brasileiros, isto é, Castelo Branco, Arthur Costa e Silva, e Emílio G. Médici, se abocaram aos seus complexos problemas políticos e sociais internos (CERVO e BUENO, 2002). Assim, a normalização das relações

¹³ Ministério das Relações Exteriores à Embaixada brasileira no México, Telegrama 84 Secreto, Rio de Janeiro, 20.5.1964, AMRE.

¹⁴ Octavio Luiz Berenguer Cesar ao Ministério das Relações Exteriores, Telegrama 118 Secreto-urgente, México, 22.5.1964, AMRE.

teve implicações fundamentalmente protocolares.

A crise bilateral também atingiu as relações econômico-comerciais e as relações culturais projetadas no início da década de 1960, bem como tentativas de integração regional e esforços de convergência em foros multilaterais. Em consequência, esse distanciamento também afetou negativamente a coordenação latino-americana em outros cenários continentais e globais.

Assim, vale confirmar que, no contexto do confronto e da competição Leste-Oeste, o golpe de 1964 foi apresentado pelas elites brasileiras como uma tentativa de salvar o país de uma possível penetração comunista, e também como uma necessidade para reafirmar os laços ideológicos do país com o bloco ocidental - particularmente com as prioridades estratégicas dos Estados Unidos no continente e no mundo (VIZENTINI, 1998; SCHOULTZ, 2000).

A derrocada do governo democrático de Goulart não somente significou a imposição de um novo tipo de regime autoritário no continente latino-americano - isto é, os regimes burocrático-autoritários (ALVES, 1985; DOMÍNGUEZ e SANTANDER, 2010). Esse golpe também implicou uma redefinição dos alinhamentos político-diplomáticos intra-regionais. Assim, as relações diplomáticas do Brasil com Cuba, com a Venezuela e com o México foram particularmente atingidas pelos desdobramentos da ascensão dos generais e os denominados anos de chumbo. Vale lembrar que o rompimento das relações brasileiro-cubanas foi realizada por iniciativa brasileira e certamente foi influenciada pela doutrina das fronteiras ideológicas e do confronto Leste-Oeste. A suspensão das relações brasileiro-venezuelanas foi iniciativa de Caracas, certamente inspirada na doutrina Betancourt sobre a defesa da democracia na América Latina - verdadeira antecessora das modernas cláusulas democráticas vigentes em numerosos mecanismos de diálogo e concertação política, particularmente de entidades como a Celac, Unasul, Oea, Mercosul (BOERSNER, 2007). E o quase-rompimento brasileiro-mexicano foi iniciativa do regime priísta, aparentemente influenciado pela doutrina Estrada e por considerações de importantes atores domésticos (BOERSNER, 2007).

As recentíssimas comemorações do cinquentenário do golpe de 1964 e do regime militar imposto no Brasil reacenderam a relevância dos estudos daquela época, utilizando novas fontes e metodologias. O gradual acesso de pesquisadores aos arquivos públicos e privados - alguns deles ocultos ou vedados durante muitos anos - possibilita que uma nova geração de historiadores trabalhe profissionalmente um período claramente influenciado pela competição Leste-Oeste, de um lado, e pelas demandas de desenvolvimento político, social e econômico, de outro.

Referências

ALMEIDA, Paulo Roberto. Do alinhamento recalcitrante à colaboração relutante: o Itamaraty em tempos de AI-5. In: MUNTEAL, O., FREIXO, A., e FREITAS, J. (Orgs.), **'Tempo Negro, temperatura sufocante'**: Estado e Sociedade no Brasil do AI-5. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio e Contraponto, 2008, p. 65-89.

ALVES, Maria Helena. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOERSNER, Demétrio. **Relaciones Internacionales de América Latina**. 7 ed. Caracas: Grijalbo, 2007.

CAMÍN, Héctor, e MEYER, Lorenzo. À sombra da revolução mexicana: História mexicana contemporânea, 1910-1989. São Paulo: Unesp, 2000.

CERVO, Amado, e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 2 ed., Brasília: Edunb e Ipri, 2002.

CERVO, Amado. **Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. Brasília: IPRI, 2001.

CORRÊA, Pio. **O mundo em que vivi**. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1995.

DOMÍNGUEZ, Carlos, e SANTANDER, Carlos. Auge e declínio dos governos autoritários na América Latina: reflexões em perspectiva comparada. In: SANTANDER, C. U. (Org.) **Memória e Direitos Humanos**. Brasília: LGE, 2010, pp. 25-31.

MONIZ BANDEIRA, Luiz. **O governo João Goulart**. 7 ed. Rio de Janeiro: Revan e Brasília: Edunb, 2001.

_____. **Estado nacional e política internacional na América Latina**. 3 ed. Brasília: Edunb e São Paulo: Ensaio, 1993.

PALACIOS, Guillermo. **Intimidades, conflitos e reconciliações: México e Brasil, 1822-1993**. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. Brasil y México: sus relaciones 1822-1992. In: MENA, A. O., AMORIM, O., e CASTRO, R. F. (Orgs.) **Brasil y México: Encuentros y desencuentros**. México: SRE, 2005, pp. 23-109.

PENNA, Pio. O Itamaraty nos anos de chumbo - O Centro de Informações do Exterior (CIEx) e a repressão no Cone Sul (1966-1979). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 52, n. 2, pp. 43-62, 2009.

ROSENZWEIG DÍAZ, José Maximiliano. **Cómo entiende el gobierno de México la Doctrina Estrada**. México. 1982. Disponível em: <http://www.diplomaticosescritores.org/obras/doctrinaestrada.pdf>. Consultada em 14.5.2014.

SCHIAVON, Jorge, SPENSER, Daniela, e VÁZQUEZ, Mario (orgs.) **En busca de una nación soberana/ Relaciones internacionales de México, siglos XIX y XX**. México: CIDE e SRE, 2006.

SCHOULTZ, Lars. **Estados Unidos: poder e submissão**. Bauru: Edusc, 2000.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: **De Castelo a Tancredo**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro**. Porto Alegre: UFRGS, 1998.